

Reunião de Goiânia condena a política econômica do governo

Brasil

JORNAL DO BRASIL

20 MAR 1988

GOIÂNIA — Retomar o crescimento econômico e resolver o problema de financiamento do setor público. Esse dilema marcou a discussão do Programa Econômico de Emergência, proposto pelo governador de Goiás, Henrique Santillo, que começou ontem, com participação de economistas e representantes de governos estaduais, trabalhadores e empresários.

Os debates visam a elaboração de uma proposta a ser referendada numa reunião de governadores, num prazo estimado em 15 dias pelo vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, um dos articuladores do encontro. Alberto Goldman, secretário de programas especiais do governo paulista, acredita que o Programa de Emergência poderá servir de proposta para um governo parlamentarista, caso a constituinte decida pela implantação do parlamentarismo-já.

O governador Henrique Santillo disse ontem que o Presidente Sarney deu "carta branca" para elaboração da proposta de emergência, para a qual, segundo Santillo, já existe uma articulação política "dentro e fora do PMDB". O início das

discussões foi marcado por uma forte oposição à atual política econômica e às medidas de contenção do déficit do governo — principalmente o contingenciamento do crédito do setor público (estatais, governos estaduais e municipais) e o congelamento da URP para o funcionalismo federal.

Não houve consenso, porém, quanto à direção das medidas a serem propostas. Uma corrente, representada entre outros por Goldman, defende a *alavancagem* da economia com base nos investimentos do estado — com recursos financeiros esterilizados hoje no Banco Central — enquanto economistas como Wilson Cano, da Unicamp, argumentam que a crise atual marca justamente o fim desse padrão de crescimento, inclusive a nível internacional.

Cano propôs um pré-pacto social, com medidas de curíssimo prazo — até 60 dias — para frear a corrida de preços e salários, uma reforma fiscal de emergência — que poderia ser votada pela Constituinte para vigorar ainda este ano — e a discussão de novos mecanismos para refinanciamento das dívidas interna e externa.

Fernando Rezende, economista da PUC do Rio, defendeu a retomada da proposta de reforma tributária apresentada no final do ano passado pelo ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Outro economista da PUC carioca, José Márcio Camargo, defendeu a austeridade fiscal, com a contenção dos gastos do governo, e apontou a *falência institucional* que leva à ineficácia das medidas adotadas.

Eduardo Teixeira, ex-secretário adjunto de economia da Fazenda nas gestões Funaro e Bresser Pereira, afirmou que "não há como financiar o desequilíbrio financeiro do setor público". Segundo ele, mesmo uma forte contenção das despesas correntes não poderia gerar receitas equivalentes a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) necessários a esse reequilíbrio. Teixeira também defendeu a reforma fiscal, um corte seletivo dos investimentos e uma reforma administrativa. E duvidou das propostas de "alavancagem" da economia. Para ele, o setor privado não teria como acompanhar uma retomada dos investimentos do governo.